

### ATA NÚMERO 86/XII (2.ª)

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2012, pelas 11 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 — Audição do Senhor ex-Diretor de Informação da RTP, SA, Nuno Santos, na sequência do requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda;
- 2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
- 3 — Outros assuntos.

---

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor ex-Diretor de Informação da RTP, Nuno Santos, que começou por fazer uma breve exposição inicial, tendo sublinhado que este era, sem dúvida, um caso de saneamento político, travestido de uma decisão de gestão, e que esta dimensão política da questão não podia ser ignorada.

Disse que este seu «saneamento político» ocorre num momento muito delicado da vida da RTP, quando se discute a privatização de parte da empresa, como defendeu ainda ontem o consultor do Governo, António Borges. Acrescentou que «nas últimas semanas teve sinais crescentes da intervenção que se prepararia dentro da RTP», tendo a Direcção de Informação «e eu próprio como foco».

«Antecipei quase todos os passos», afirmou, «só falhei este do procedimento disciplinar». «O que temos em cima da mesa é um golpe de mão», apontou o ex-diretor, que depois acrescentou: «A partir de um certo momento, tornou-se evidente que eu era uma pessoa *non grata* para o Governo. Porque deixava fazer informação contra o Governo? Não, apenas uma informação correta e isenta». Nuno Santos deu vários exemplos de assuntos abordados «que causaram grande incómodo – o que é normal», entre os quais se contam o caso do acompanhamento da licenciatura

do Ministro Miguel Relvas, que provocou um «grande incómodo no Governo». «Fizemos o que devíamos ter feito: tratámos com isenção».

Disse, também, que a gravação das imagens da manifestação teve apenas a ver com um incidente em que esteve envolvido um carro de exteriores da RTP e respetiva equipa, na noite de 14 de novembro em frente ao Parlamento. Uma Subdiretora de Informação, na área da produção, indicou a vários elementos da então Direção de Informação da RTP, na noite de 14 de Novembro, que tinha recebido uma chamada telefónica de um elemento da PSP — a quem uma jornalista da RTP, atropelada pelos tumultos em frente à Assembleia, tinha fornecido o contacto -, dizendo que a polícia se disponibilizava a colaborar com a RTP no esclarecimento do incidente com o carro de exteriores, oferecendo-se para ver as imagens que existiam sobre isso.

Terá sido isto, segundo a explicação que deu, que justificou a gravação dos incidentes, não tendo o ex-Diretor de Informação sido responsável pelo passo seguinte, que foi o de facultar à PSP o visionamento das mesmas. Referiu nunca ter dado autorização «de forma expressa ou velada» para o visionamento das imagens não editadas dos incidentes da manifestação de 14 de novembro pela PSP e, «muito menos», disse, «autorizou a realização de uma cópia dessas imagens».

Sobre a justificação da sua demissão, Nuno Santos referiu ter «perdido a confiança» no Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, depois de uma conversa de «três minutos» em que foi alvo de um «julgamento sumário».

De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo o ex-Diretor de Informação da RTP, Nuno Santos, respondido às questões que lhe foram colocadas a respeito da censura política havida, do processo de inquérito de que foi alvo, do dia em que foi feito o pedido de visionamento, da sua articulação com o Diretor-Geral de Conteúdos e das pressões exercidas por alguns membros do Governo.

Nas intervenções que se seguiram usaram da palavra os Senhores Deputados Francisca Almeida (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP). As questões abordadas incidiram essencialmente sobre os seguintes assuntos: desconforto do Governo face à RTP; pedido de visionamento das imagens colhidas; momento em que o jornalista Nuno Santos deu conhecimento dos factos ao Conselho de Administração e/ou ao Diretor-Geral de Conteúdos; acesso ao processo de inquérito; e presença da PSP nas instalações.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

O Senhor ex-Diretor de Informação da RTP respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Manuel Seabra (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor ex-Diretor de Informação da RTP respondido globalmente aos Senhores Deputados, tendo esta audição terminado pelas 13 horas e 35 minutos.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=94049>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Em seguida, a reunião prosseguiu à porta fechada e foram discutidos assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2012

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(José Mendes Bota)**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Sofia Bettencourt



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

Bruno Dias  
Carla Rodrigues  
Francisca Almeida  
Glória Araújo  
Inês de Medeiros  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Manuel Seabra  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Odete Silva  
Paulo Rios de Oliveira  
Raúl de Almeida  
Sérgio Azevedo  
João Lobo  
Luís Campos Ferreira  
Margarida Neto  
Nuno Encarnação  
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins  
Luís Pita Ameixa  
Rosa Arezes

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 26/02/2013.*